



PROCESSO	1000099668/2020
INTERESSADO	CAU/SP e Valdir Ferreira da Silva Junior
ASSUNTO	Exercício ilegal da profissão (PF)
RELATOR	Viviane Manzione Rubio
DELIBERAÇÃO Nº 176/2022 – (CEP – CAU/SP)	

A COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL – CEP - CAU/SP, reunida ordinariamente na Sede do CAU/SP, no uso das competências que lhe conferem os artigos 91 e 95 do Regimento Interno do CAU/SP, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando o Art. 21 da Resolução Nº 22/2012 que diz: A Comissão de Exercício Profissional do CAU/UF julgará à revelia a pessoa física ou jurídica autuada que não apresentar defesa tempestiva ao auto de infração, sendo garantido amplo direito de defesa nas fases subsequentes do processo;

Considerando o Art. 33 da Resolução Nº 22/2012 que diz: Quando a infração apurada constituir prova ou indício de violação da Lei de Contravenções Penais, o CAU/UF comunicará o fato à autoridade competente, sem prejuízo da aplicabilidade das penalidades previstas nesta Resolução”;

Considerando o relatório e voto da conselheira Viviane Manzione Rubio no processo de fiscalização Nº 1000099668/2020

DELIBERA:

1. Acatar o voto do (a) conselheiro (a) relator (a) pela Manutenção do Auto de infração, lavrado nos autos do processo Nº 1000099668/2020, com base nos Art. 7º da Lei 12.378/2010 e inciso VII do Art. 35 da Resolução Nº 22 do CAU/BR, que diz: VII - Exercício ilegal de atividade fiscalizada pelo CAU por pessoa física não habilitada (leigo); Infrator: pessoa física; Valor da multa: 4 (quatro) vezes o valor vigente da anuidade;
2. Encaminhar cópia do processo à Assessoria Jurídica do CAU/SP para análise e encaminhamento de denúncia ao Ministério Público;
3. Encaminhar esta deliberação à Presidência do CAU/SP (PRES-CAU/SP) para providências cabíveis.

Com 9 **votos favoráveis** dos conselheiros Fernanda Menegari Querido, Consuelo Aparecida Gonçalves Gallego, Amarilis da Silveira Piza de Oliveira de Campo, Viviane Manzione Rubio, Jaqueline Fernandez Alves, Marcelo de Oliveira Montoro, Renata Ballone, Aline Alves Anhesim, Soriedem Rodrigues.

São Paulo, 11 de abril de 2022

Considerando o estabelecido no Despacho PRES-CAUSP nº 001/2021, que regulamentou emergencialmente as reuniões virtuais dos órgãos colegiados do CAU/SP, atesto a veracidade e a autenticidade das informações prestadas.